

No século XVIII, uma encruzilhada de povos: os indígenas na formação da capitania de Mato Grosso

In the eighteenth century, a crossroads of peoples: the natives in the formation of the captaincy of Mato Grosso

Gilian Evaristo França Silva^{1*}

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a relação dos povos indígenas com a formação da capitania de Mato Grosso, no século XVIII, para a compreensão da dinâmica demográfica dessa espacialidade. Esses grupos étnicos ocuparam densamente a porção central da América do Sul, área na qual se constituiu a capitania mato-grossense, abarcando os atuais Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Com o avanço bandeirante paulista e lusitano, vários conflitos ocorreram pela posse dessas terras situadas à Oeste da América portuguesa, levando a um movimento de extermínio e de assimilação dos povos indígenas à população da capitania. A partir da análise da documentação coletada, verificou-se que sua participação, juntamente com a de grupos étnicos africanos, compôs a maior parte da população mato-grossense nos anos setecentos.

Palavras chave: Povos indígenas; população; capitania de Mato Grosso.

Abstract: The objective of this article is to analyze the relation of indigenous peoples with the formation of the captaincy of Mato Grosso, in the eighteenth century, to understand the demographic dynamics of this spatiality. These ethnic groups densely occupied the central portion of South America, an area in which the Mato Grosso captaincy was established, encompassing the present states of Rondônia, Mato Grosso, and Mato Grosso do Sul. With the advance of the Indian hunters of São Paulo and Lusitanian, several conflicts occurred by the possession of these lands located to the west of Portuguese America, leading to a movement of extermination and assimilation of the indigenous peoples to the population of the captaincy. From the analysis of the collected documentation, it was verified that its participation, together with that of African ethnic groups, made up the majority of the population of Mato Grosso in the seventies.

Keywords: Indigenous peoples; population; captain of Mato Grosso.

Vários grupos étnicos ocuparam densamente a porção central da América do Sul, grande área na qual se constituiu a capitania mato-grossense, extensão da fronteira Oeste da América portuguesa. No decorrer do avanço bandeirante paulista, vários conflitos ocorreram pelo uso e posse dessas terras, levando a um movimento de extermínio e de assimilação dos povos indígenas à população da capitania. Dentro desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar a relação dos povos indígenas com a formação da capitania de Mato Grosso, no século XVIII, compreendendo sua participação na dinâmica

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor de História no Instituto Federal Catarinense – IFC / Campus Abelardo Luz. E-mail: gilian.his@gmail.com

demográfica dessa espacialidade. As fontes consultadas para o desenvolvimento dessa análise foram coletadas junto ao Arquivo Histórico Ultramarino – AHU e ao Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – ACMRJ. Consultou-se ainda a publicação dos *Annaes do Sennado da Câmara do Cuyabá (1719-1830)*, relativos à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, com aspectos do cotidiano dessa vila.

A composição demográfica mato-grossense foi resultado dos embates promovidos com a ação de conquista do Oeste da América portuguesa. Entraram em conflito grupos diferenciados de portugueses, luso-brasileiros, africanos, afro-descendentes e uma variedade de povos indígenas, tais como Cruane, Cuchiane, Curiane, Guachevane, Acopone, Araripocone, Ariocone, Coxipone, Gregone, Guahone, Pavone, Poconé, Bobiare, Bororo, Chacorone, Itapore, Tambegui, Tamoringue, Aricá, Cuiabá, Elive, Guale, Jape, Popu, Tuete, Guaná, Guató, Guaicuru e Paiaguá (ROSA, 2003, p. 14).

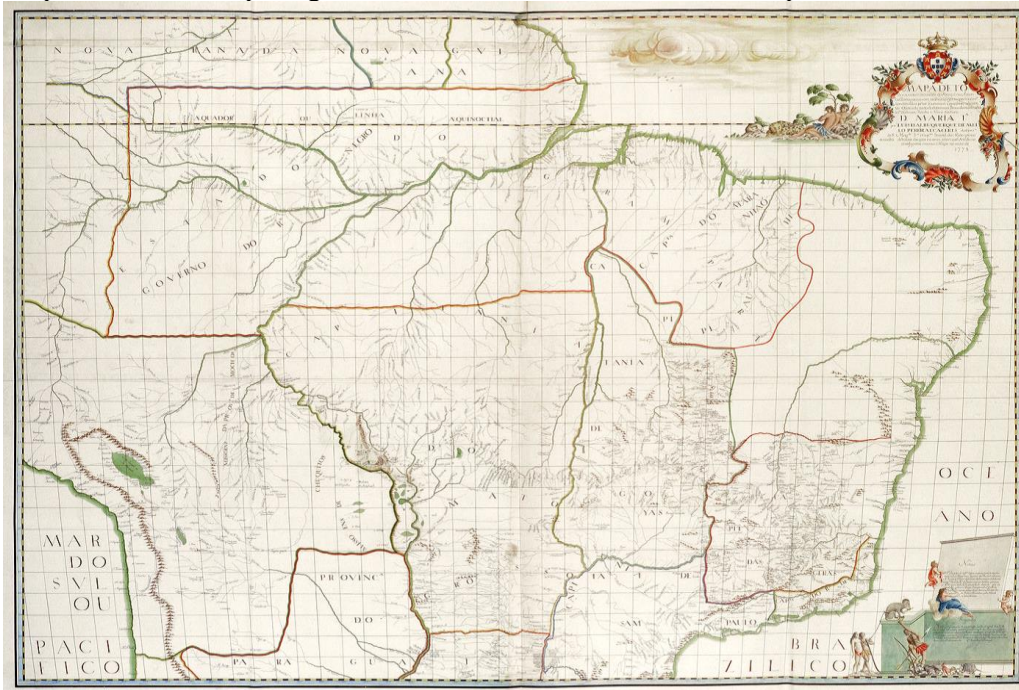
Instalados historicamente no centro da América do Sul, desde períodos recuados no tempo, diversos grupos étnico-culturais produziam e reproduziam seus modos de vida nessas espacialidades, com suas lógicas próprias de uso do espaço, perpassadas pelas representações que orientavam suas práticas sociais. As chamadas sociedades indígenas tinham entre si uma demarcação cultural dos seus territórios, fabricavam cerâmica, alguns cultivavam milho, mandioca, algodão e estabeleciam laços de cooperação ou de disputas entre si, conhecendo empiricamente os ecossistemas em que viviam (COSTA, 199; CANOVA, 2003; BLAU, 2007; PRESOTTI, 2008; LUCÍDIO, 2013).

A capitania de Mato Grosso teve sua formação decorrente do avanço bandeirante luso-paulista, visando o aprisionamento indígena, e da descoberta de veios auríferos nas entradas pelos sertões à Oeste da América portuguesa. Sua localização era o espaço de fronteira com os domínios castelhanos, territorialidade que esteve indefinida, disputada e reivindicada pelas Coroas ibéricas durante o século XVIII. Portugal e Espanha, através dos Tratados de Limites, buscaram afirmar suas posições geopolíticas sobre um vasto território, ocupado por muitas nações indígenas.

Os territórios hispano-americanos confinantes com a capitania de Mato Grosso eram administrados pelos jesuítas, das províncias de Moxos e Chiquitos (Mapa 01). Na década de 1760, os referidos inacianos administraram dez povoados nas Missões de Chiquitos, denominados São Francisco Xavier, Conceição, São Miguel, São Inácio, São Rafael, Santa Ana, São José, São João, Santiago e Santo Coração, com um total de 18.815 índios. Nas missões de Moxos, os aldeamentos encontravam-se distribuídos por quatro repartições: dos Baurés, com cinco povoados, denominados Conceição, São Joaquim, São

Martin, São Simon e São Nicolás; do Mamoré, com seis povoados, denominados Exaltação, Santa Ana, São Francisco Xavier, São Pedro, Trindade e Loreto; dos Pampas, com três povoados, denominados São Inácio, São Borja e Santos Reis; e de Itonamas, com a povoação da Madalena. O total de índios das quinze missões de Moxos perfazia 19.807 pessoas. Nessa fase, somando-se todo o conjunto de pessoas dessas povoações indígenas temos um conjunto populacional de 38.622 pessoas, diante de cerca de 11 mil habitantes da capitania de Mato Grosso (ARAÚJO, 2000, p. 125). Essa densidade populacional espanhola, por causa do significativo número de indígenas nas missões, representou um estado de tensão na fronteira. Havia do lado português receio de ataque dos espanhóis às localidades das Minas do Cuiabá e do Mato Grosso.

Mapa 01 – América portuguesa e as fronteiras com os domínios espanhóis, século XVIII.



Fonte: AMADO, 2014, p. 202-203.

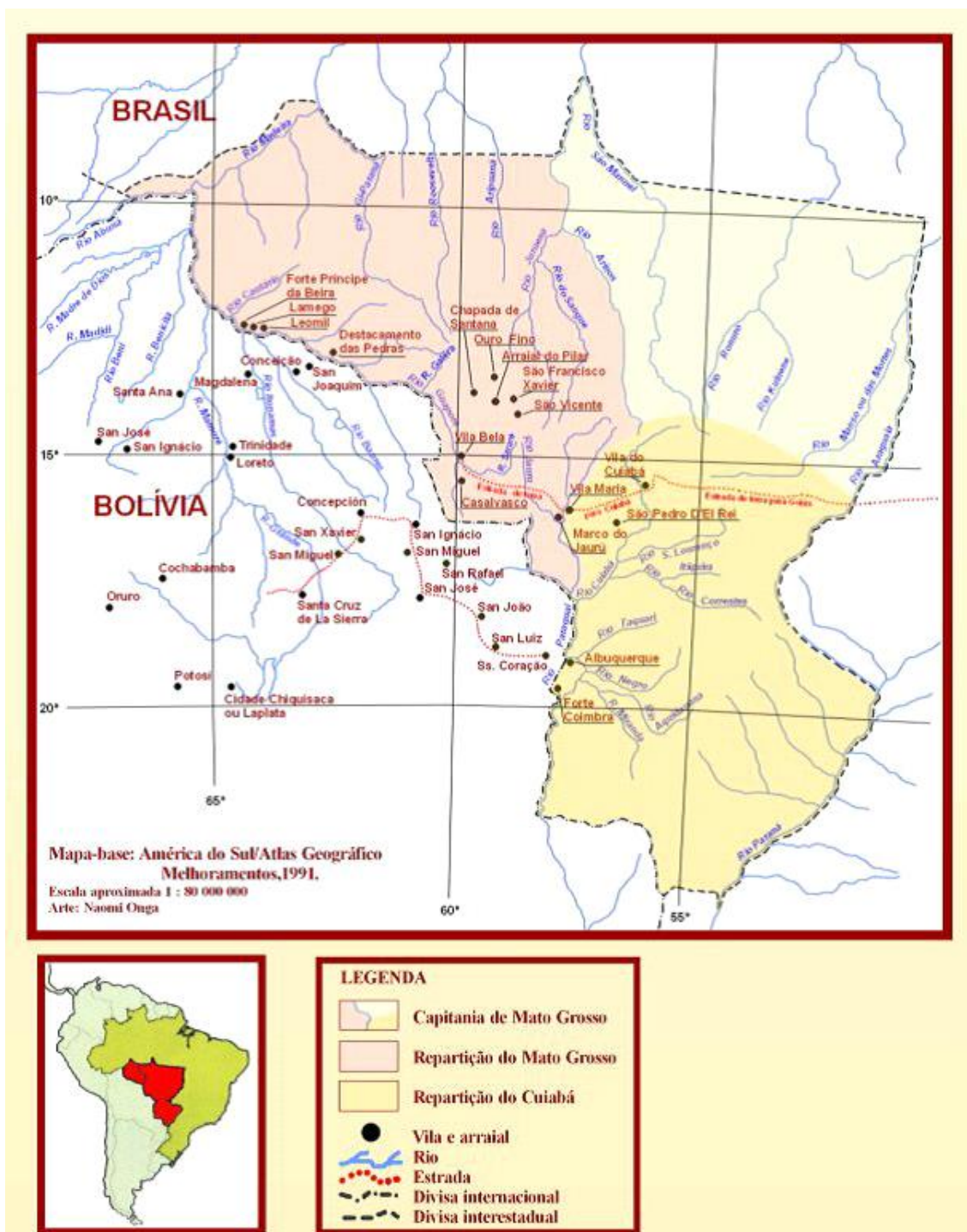
Todavia, essa fronteira não se referiu apenas às demarcações físicas, materiais do espaço. Foi uma ação de conquista, existindo uma fronteira plural, caracterizada por encontros e desencontros de culturas distintas, diante da pluralidade étnico-cultural dos grupos sociais situados nela. Os povos indígenas existentes nas terras do Oeste luso-americano possuíam seus códigos sociais próprios, como línguas, costumes, práticas culturais e suas relações com o meio circundante singular aos olhos europeus. Os portugueses relacionaram-se com essa diversidade étnica, presente também nos grupos

de africanos e seus descendentes que compuseram essa configuração social. Os achados auríferos levaram à formação de arraiais, povoados, fortificações militares e vilas.

A capitania de Mato Grosso formou-se inicialmente sobre a repartição² da Vila do Cuiabá. Na década de 1730, o avanço da mineração pelos luso-paulistas e portugueses prosseguiu à noroeste de Cuiabá e levou à formação de um novo termo, com os arraiais do Mato Grosso e com a fundação de Vila Bela. Desta forma, a capitania de Mato Grosso passou a ser composta por esses dois termos ou repartições (Mapa 02), o Cuiabá e o Mato Grosso (ROSA, 2003, p. 42).

² *Repartição* ou *termo* eram categorias correspondentes a uma jurisdição administrativa, relacionada a uma vila e a uma câmara municipal que controlavam uma determinada área dos domínios coloniais lusitanos.

Mapa 02 – Capitania de Mato Grosso, com seus termos ou repartições



Fonte: FERNANDES, 2003, p. 83.

Nessa capitania instalou-se uma sociedade organizada a partir das ações de sertanistas, mineradores, agricultores, comerciantes e profissionais de vários ofícios. Sua população era caracterizada por forte mestiçagem, constituída por brancos, negros, pardos, índios, livres e escravizados, situados num espaço de forte hierarquização e diferenciação entre os indivíduos.

Dinâmica demográfica da fronteira Oeste

Uma discussão sobre a dinâmica demográfica da capitania de Mato Grosso contribui no entendimento da forte presença indígena na formação dessa jurisdição, bem como da presença africana ou afrodescendente na formação dessa sociedade miscigenada.

O panorama populacional do termo do Cuiabá, no período de 1727 a 1751 (Tabela 01), foi marcado por uma variação do número de pessoas. Alguns fatores contribuíram para essa mudança. O motivo mais importante foi a atividade mineradora, na qual grupos de mineradores se deslocaram sazonalmente a cada nova descoberta aurífera, sobretudo das ocorridas na região do Guaporé. Contudo, o termo do Cuiabá continuava como referência para esses grupos, local para onde poderiam voltar e onde se localizavam seus familiares e casas. Por outro lado, com a formação de novos arraiais alguns acabaram se deslocando definitivamente para essas novas povoações.

Tabela 01 - População da repartição do Cuiabá - 1727 a 1751

Ano	Número da população
1727	4000
1728	2.500
1729	2.100
1730	2.900
1734	3.300
1736	4.035
1737	4.315
1738	2.500
1739	6.255
1740	6.000
1745	8.109
1751	7.877

Fonte: ROSA, 2003, p. 37.

Antônio Rolim de Moura, primeiro Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, relatou no ano de 1755 a situação em que se encontrava a capital Vila Bela. Considerou que a fundação dessa vila, no ano de 1752, era sua principal atribuição, no

contexto da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748. Consultando informações levantadas pelo pároco da freguesia do Mato Grosso, para serem remetidas ao Bispo do Rio de Janeiro, Rolim de Moura disse que Vila Bela apresentava “algum princípio de estabelecimento”. Existiam nesse ano quarenta e sete fogos³ e quinhentas e trinta e oito pessoas, porém não somente composta por brancos, mas também por “bastardos, mulatos, pretos e carijós” (AHU – Mato Grosso. Caixa 08. Doc. 489). A alimentação disponível provinha dos sítios próximos, parte deles com criações de gado.

Dando continuidade à análise dos dados populacionais, verificou-se que o termo do Mato Grosso possuía no triênio 1769, 1770 e 1771 cerca de 440 fogos, com 3.819 pessoas. Destas, achavam-se 188 homens vindos de outros lugares, onde deixaram suas mulheres. No termo do Cuiabá, na mesma fase, havia 628 fogos, com 7067 pessoas, das quais se encontravam 114 mulheres, cujos maridos estavam ausentes. No ano de 1769, em Vila Bela, a população da freguesia foi estimada em 3.819 pessoas. Sua população branca era composta por 333 indivíduos, enquanto indígenas, africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, somavam 3.486 pessoas, entre as quais 129 bastardos, 173 índios, 354 mulatos, 122 caborés e 2.708 pretos (AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 971). No total, isso representou 12% de brancos frente a 88% da população de cor⁴.

No ano de 1773, o Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres relatou ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a existência de missões religiosas de atendimento aos indígenas na capitania. Segundo Luís de Albuquerque, a Missão de índios de Santa Ana da Chapada possuía 71 fogos e um total de 447 pessoas. Falou ainda da Missão de Balsemão, localizada na primeira cachoeira do Rio Madeira, na bacia amazônica, com 48 fogos, num total de 172 pessoas (AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1046). Em 1774 ocorreu um decréscimo nesses dados demográficos sobre os indígenas. A Missão de índios de Santa Ana apareceu com 66 fogos, num total de 428 pessoas; a Missão de Balsemão, da proximidade da primeira cachoeira do Rio Madeira, com 38 fogos, total de 151 pessoas (AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1083). No ano seguinte, de 1775, a situação pareceu agravar-se na Missão de Balsemão, que deixou de figurar nos mapas de população. Todavia, a Missão de Santa Ana manteve-se presente nesses levantamentos, com pouca

³ A palavra *fogo* é encontrada na documentação do período colonial como sinônima de família ou agrupamento de indivíduos de uma mesma família.

⁴ Utilizo a expressão população de cor para me referir ao grupo de indígenas, africanos e seus descendentes livres, cativos ou libertos.

variação demográfica, demonstrando maior estabilidade. Ainda de acordo com a avaliação de Luís de Albuquerque sobre os dados demográficos, mais de $\frac{3}{4}$ da população da capitania de Mato Grosso era composta por “pretos, pardos, índios, mulatos e mestiços, de diversas espécies do país” (AHU – Mato Grosso. Caixa 18. Doc. 1118). Essa era uma área de intensa miscigenação, com reduzido número de brancos.

A política da Coroa portuguesa, sobretudo na atuação de Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, Secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), usou os indígenas para o trabalho em diversas atividades no ultramar. Todavia, essa ação parece ter encontrado resistência por parte desses grupos. Os dados apontam para a não fixação de boa parcela dos indígenas em aldeamentos implantados pelas autoridades coloniais na fronteira Oeste.

Tabela 02- População da capitania de Mato Grosso – 1771 a 1800

Anos	O Cuiabá	(%)	O Mato Grosso	(%)	Totais
1771	7.123	(60,06%)	4.736	(39,94%)	11.859
1772	8.692	(67,87%)	4.115	(32,13%)	12.807
1773	8.042	(62,49%)	4.827	(37,51%)	12.869
1775	8.891	(63,72%)	5.063	(36,28%)	13.954
1776	9.630	(66,43%)	4.867	(33,57%)	14.497
1777	10.192	(68,16%)	4.761	(31,84%)	14.953
1779	10.419	(66,90%)	5.155	(33,10%)	15.574
1780	10.428	(66,73%)	5.199	(33,27%)	15.627
1781	11.057	(67,45%)	5.336	(32,55%)	16.393
1782	11.155	(67,46%)	5.381	(32,54%)	16.536
1783	10.851	(67,04%)	5.335	(32,96%)	16.186
1790	14.143	(68,73%)	6.436	(31,27%)	20.579
1791	14.453	(71,34%)	5.805	(28,66%)	20.258
1794	15.499	(70,77%)	6.402	(29,23%)	21.901
1800	19.731	(73,52%)	7.105	(26,48%)	26.836

Fonte: ROSA, 2003, p. 43.

Continuando a análise demográfica, de 1771 a 1800 (Tabela 02), a repartição do Cuiabá ainda apresentava maior número populacional do que a do Mato Grosso. No final

do século XVIII, no termo do Cuiabá havia 19.731 pessoas, enquanto no termo do Mato Grosso havia 7.105. Durante o governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, de 1796 a 1803, a população da capitania de Mato Grosso foi estimada em 26.836 habitantes (Tabela 03). Desse conjunto, havia 4242 pessoas brancas, representando 16% da população. A população de cor, constituída por indígenas, pretos, mulatos e seus descendentes somava 22.594 pessoas ou 84% do total de habitantes dessa configuração social. Esses dados mostram a população de cor como predominante. Percebeu-se ainda que Cuiabá concentrou a maior parte da população, em todas as categorias da população. Enquanto no distrito do Cuiabá os brancos representaram 19% e a população de cor 81% dos habitantes, na repartição do Mato Grosso os brancos representaram 7% e a população de cor 93%. A participação de índios, pretos e mulatos mostrou-se expressiva em ambas as repartições, uma configuração social fortemente miscigenada.

Tabela 03 – Mapa da povoação da capitania de Mato Grosso no ano de 1800

Categorias		No distrito de Vila Bela	No distrito da Vila do Cuiabá	Em toda a Capitania de Mato Grosso
População	Branco	504	3.738	4.242
	Índios	131	884	1015
	Pretos	5.163	9.112	14.275
	Mulatos	1.307	5.997	7.304
	Total	7.105	19.731	26.836

Fonte: AHU – Mato Grosso. Caixa 39. Doc. 1966.

Miranda Montenegro, do mesmo modo que Luís de Albuquerque, destacou a forte miscigenação dessa configuração social. Entendeu que isso se devia ao fato de que os homens brancos não dispunham de muitas mulheres brancas para se casarem na capitania de Mato Grosso. Além disso, muitos deles não almejavam se casar e preferiam viver amancebados com uma ou mais mulheres ou “viver ilicitamente com as mulatas do país, do que ficarem reproduzidos a uma posteridade legítima, e sem mancha” (AHU – Mato Grosso. Caixa 37. Doc. 1860). Isso vai ao encontro com o que afirma Cacilda Machado, ao observar que numa região de fronteira existiam poucos homens brancos e um número ainda menor de mulheres brancas, caracterizando-se por haver uma população mestiça significativa (MACHADO, 2008, p. 435).

Essa dinâmica demográfica estava relacionada com as atividades econômicas

desenvolvidas na capitania de Mato Grosso. A mineração foi um fator importante dos deslocamentos de grupos e pessoas nesse espaço e no interior da América portuguesa. Para o desenvolvimento da atividade mineradora, empregou-se amplamente a mão-de-obra de africanos e seus descendentes livres, escravizados ou libertos (Tabela 04).

Tabela 04 – Mapa da população escrava da capitania de Mato Grosso - 1800

Categorias	No distrito de Vila Bela	No distrito da Vila do Cuiabá	Em toda a Capitania de Mato Grosso
Pretos	3.848	7.106	10.954
Mulatos	132	824	956
Total	3.980	7.930	11.910

Fonte: AHU – Mato Grosso. Caixa 39. Doc. 1966.

No final do século XVIII (Tabelas 03 e 04), estimou-se que no termo do Cuiabá havia 19.731 habitantes. Destes, 15.993 eram pertencentes à população de cor, da qual 7.930 ou 40% eram escravos e 8.063 ou 41% homens livres. Na repartição do Mato Grosso ou distrito de Vila Bela, o conjunto da população era de 7.015 pessoas. Sua população de cor era de 6.601 pessoas, com 3.980 ou 56% de pretos e mulatos cativos, diante de 2.621 ou 37% de homens livres de cor. Esses dados apontam para o avanço da população de cor livre, de acordo com o observado em outras capitanias da América portuguesa no mesmo período, conforme observa-se abaixo.

Pelo norte luso-americano, no Maranhão, a população era de 78.860 pessoas, distribuída em 31% de brancos, 17,3% de mulatos livres, 46% de negros cativos e 5% de índios. No Pará, o conjunto de habitantes era de 80.000 pessoas, com 23% de negros cativos e 20% de indígenas. Em Pernambuco, sua população era estimada em 391.986 pessoas, das quais 28,5% eram brancas, 42% era de mulatos livres, 26,2% de negros escravos e 3,2% de índios. Na Bahia, o conjunto de sua população era de 359.437 habitantes, dos quais 19,8% eram brancos, 31,6% mulatos livres, 47% negros escravos e 1,5% índios. No Piauí, a população foi contada em 58.962 pessoas, com 21,8% de brancos, 18,4 de mulatos livres, 36,2% de negros cativos e 23,6% de indígenas. Indo em direção ao sul e ao oeste, No Rio de Janeiro, o conjunto de habitantes era de 229.582 indivíduos, com 33,6% de brancos, 18,4% de mulatos livres, 45,9% de negros cativos e 2% de índios. Em Minas Gerais, sua população foi contada com 494.759 pessoas,

composta por 23,6% de brancos, 33,7% de mulatos livres, 40,9% de negros escravos e 1,8% de índios. Em São Paulo, o conjunto da população era de 208.807 indivíduos, distribuídos em 56% de brancos, 25% de mulatos livres, 16% de negros cativos e 3% de indígenas. Em Goiás, sua população foi estimada em 55.422 pessoas, entre 12,5% de brancos, 36,2% de mulatos livres, 46,2% de negros escravos e 5,2% de índios. No Rio Grande de São Pedro, o total levantado de pessoas foi de 66.420, divididas em 40,4% de brancos, 21% de mulatos livres, 5,5% de negros cativos e 34% de índios (ALDEN, 1990, p. 306- 358).

Essas estimativas apontam para grande parte da população da América portuguesa composta por pessoas indígenas e de origem africana. As capitanias do interior apareceram ainda como as menos atrativas para os brancos, fazendo com que maiorias de cor predominassem em todas as suas partes. De cada 10 homens livres de cor, 06 ou 07 eram mulatos (ALDEN, 1990, p. 313), constituindo-se um grupo social de crescimento rápido nos finais dos anos setecentos.

O universo econômico da fronteira Oeste

Além da dinâmica demográfica, o desenvolvimento da configuração social da capitania de Mato Grosso esteve relacionado à realização de diferenciadas atividades econômicas que produziram estratificações sociais nessa espacialidade. Existiram diferenças econômicas decorrentes do desenvolvimento da mineração, comércio, produção agrícola e criatória, bem como na ocupação de cargos político-administrativos, da justiça ou postos de comando militares. Essa estratificação social delimitou o lugar que cada grupo ocupou nesse espaço no século XVIII.

A mineração figurou como a principal atividade econômica. O ouro encontrado serviu para atrair grande leva de colonos. Todavia, a quantidade exata de ouro produzido na capitania de Mato Grosso, no século XVIII, infelizmente não pode ser precisada, pois o sistema de taxas era irregular e sofreu diversas alterações no decurso desse século, além de existir a prática do contrabando. No entanto, existem valores de produção aurífera estimados, levantados através dos dados obtidos nos relatórios das quantidades transportadas pelas frotas do Brasil (SCHWARTZ, 1998, p. 88).

Segundo Stuart Schwartz, a extração aurífera nas Minas do Cuiabá e do Mato Grosso foi crescente até o final da década de 1750. Em toneladas de ouro, de 1721 a 1729, foram extraídas 0,73; de 1730 a 1739, 0,9; de 1740 a 1749, 1 tonelada; de 1750 a 1759,

também 1 tonelada. Da década de 1760 ao final do século XVIII ocorreu declínio dessa produção, com cerca de meia tonelada de ouro por cada década dessa fase final (SCHWARTZ, 1998, p. 88).

Tabela 05 – Produção aurífera da América portuguesa – século XVIII

Produção de ouro brasileiro (toneladas)				
Anos	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Total
1700-1710	2,7	-	-	2,7
1711-1720	5,9	-	-	5,9
1721-1729	6,6	-	0,73	7,3
1730-1739	8,2	1,4	0,9	10,5
1740-1749	9,0	3,2	1	13,2
1750-1759	7,6	4,3	1	12,9
1760-1769	6,4	2,3	0,5	9,2
1770-1779	5,3	1,8	0,5	7,6
1780-1789	3,8	0,9	0,4	5,1
1790-1799	3,0	0,7	0,4	4,1

Fonte: SCHWARTZ, 1998, p. 88.

Comparando a produção aurífera das capitânicas extratoras do ouro, a extração do ouro de Minas Gerais aconteceu desde os primeiros anos dessa centúria, enquanto nas minas cuiabanas essa extração mais intensificada ocorreu a partir da década de 1720 e as extrações auríferas goianas na década de 1730. O total de ouro produzido nessas três configurações sociais foi de 78, 5 toneladas nos anos setecentos. Minas Gerais extraiu a maior quantidade, e por mais longo período, de 1700 a 1799, com 58,5 toneladas ou 74,5% do total. Goiás apresentou segundo maior volume de ouro, produzindo de 1730 a 1799 a quantia de 14, 6 toneladas, 18,6% do total. As minas cuiabanas e as minas do Mato Grosso extraíram de 1720 a 1799 o volume de 5,43 toneladas ou 6,9% do total.

Além da mineração, outras atividades econômicas foram desenvolvidas na capitania de Mato Grosso. A agricultura, por exemplo, se desenvolveu desde o avanço dos luso-paulistas pelos sertões, na medida em que foram plantando roças pelos caminhos percorridos, sobretudo nas proximidades dos rios. Isso fez com que tivessem suporte alimentar para o sucesso da realização de suas atividades sertanistas, do aprisionamento indígena e da busca por metais preciosos. Com a implantação de arraiais e posteriormente

com a criação das vilas, a agricultura continuou servindo na oferta de alimentos, coexistindo com a extração aurífera. Somado ao plantio de alimentos, valeram-se os colonos da caça, pesca e coleta de frutos e raízes presentes no espaço mato-grossense.

As atividades criatórias foram igualmente importantes para a efetiva conquista dessas terras da fronteira Oeste. A abertura do caminho por terra ligando Cuiabá a Goiás, em 1736, fez com que o gado fosse introduzido significativamente na capitania, ganhando grande desenvolvimento nos campos do Pantanal. Do gado utilizavam não só de sua força física, como da carne, leite e couro. Sua criação concentrou-se nos arredores da Vila do Cuiabá, como Serra Acima, Rio Abaixo, São José dos Cocais, São Pedro d'El Rei e Vila Maria. Nessa região se instalaram as fazendas de gado de propriedade da Coroa, a exemplo de Cacimba e Caeté. No final do século XVIII, a criação de gado expandiu-se, fazendo com que servisse de justificativa para solicitações de sesmarias, para implantação como para expansão dessa atividade. Outros animais também foram criados, como galinhas, patos, porcos, cavalos, mulas e bestas, tanto para compor a dieta alimentar como para o uso nos trabalhos diários e locomoção (GOMES, 2008; OLIVEIRA, 2012).

Também vieram produtos trazidos pelas monções que impulsionaram o comércio interno no Mato Grosso e em Cuiabá. As monções eram comboios que atuavam pelas vias fluviais, levando mercadorias, produtos e pessoas até as povoações e vilas. Um dos tipos de embarcações utilizadas pela população para o transporte fluvial foi a canoa. O percurso fluvial de São Paulo às Minas do Cuiabá era considerado arriscado e difícil, sobretudo por causa dos ataques indígenas e do tempo para efetuar o trajeto, que demorava de quatro a seis meses (FERREIRA, 1996, p. 39). Outro percurso fluvial, as monções do norte ligavam Vila Bela à Belém, através dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, da bacia amazônica. No contexto da política pombalina, essa rota foi utilizada pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, criada pelo Alvará Régio de 07 de junho de 1755. Essa empresa tinha o monopólio de navegação, comércio e tráfico de escravos destinados ao Maranhão e Pará, mas que também eram destinados à repartição do Mato Grosso, onde estava localizada Vila Bela. O abastecimento deveria ser feito anualmente, de modo a não faltar produtos na vila-capital e na Vila do Cuiabá e nos seus arraiais e povoações vizinhas (RODRIGUES, 2008).

A abertura do comércio com a navegação pela rota Madeira-Guaporé foi importante para a economia de Vila Bela. A duração média de viagem de Belém a Vila Bela era de sete meses. Essa rota havia sido proibida durante a primeira metade do século XVIII, por causa da preocupação dos portugueses com os descaminhos do ouro. Todavia, com a

instalação da sede do governo no Guaporé e com as negociações de definição dos limites coloniais americanos pelo Tratado de Madri, a utilização da via foi liberada. No entanto, esse caminho fluvial apresentou problemas semelhantes aos da via do sul, como o trânsito dificultado pelas cachoeiras, o escasso povoamento e ação de ataques dos índios, especialmente da nação Mura (CANOVA, 2011, p. 260).

Indígenas, pretos e mulatos, escravizados ou livres, constituíram a mão-de-obra primordial nas principais atividades econômicas que se desenvolveram no território de Mato Grosso, atuando na mineração do ouro, nas atividades agrícolas realizadas nos engenhos e nas fazendas de gado, como vaqueiros, nos criatórios de suínos, na curtição de couros e no processamento da carne, na produção do açúcar e aguardente. Nos núcleos urbanos, realizaram serviços domésticos, no comércio, e em todas as atividades que exigiam trabalho manual, a exemplo do transporte de água das fontes ou bicas para as residências de seus senhores.

Sincretismos religiosos

Segundo Laura de Mello e Souza, existiu um sincretismo entre o catolicismo e práticas religiosas de matriz africana na América portuguesa (SOUZA, 2005, p. 94). Cultuava-se São Benedito, mas também vários Orixás, e batiam-se atabaques nos calundus da colônia. Nas estruturas sociais que lhes foram impostas, os indígenas e africanos, bem como seus descendentes livres ou escravizados, através da religião, procuraram espaços em que pudessem desenvolver integralmente suas manifestações religiosas. Os símbolos religiosos do catolicismo, misturados a outros de matriz indígena e africana, estiveram presentes nas práticas de magia e feitiçaria de brancos, africanos, indígenas e seus descendentes na capitania de Mato Grosso. Essas práticas eram constituídas por orações, rituais e alusões a santos católicos (SÁ JÚNIOR, 2008, p. 120).

Na Devassa da Visita Eclesiástica, ocorrida no ano de 1785 (ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2), encontramos exemplos desse sincretismo religioso. A parda Luzia curava lombrigas usando orações. Fazia parte dos ingredientes da feitiçaria do escravo Quiçamá um lenço de tabaco encarnado, com raízes, alguns insetos, orações, contas e ervas. Joaquim Moreira, preto forro, detalhou a oração encontrada no referido lenço como sendo “uma oração do Santíssimo nome de Jesus”. Miguel, preto forro, curava de feitiços através de rezas. Leandro Garcia Leite, homem branco, benzia os seus pacientes para curar bicheiras. Francisco, branco, benzia de quebrantos de ar. Roque da Silva, pardo,

benzia bicheiras com palavras. Manoel Cardoso, índio, costumava benzer com palavras as feridas dos corpos das pessoas. Um desses benzedores, Francisco Bueno, homem branco, era assistente na capela de Santo Antônio do Rio Abaixo, da freguesia do Senhor Bom Jesus. Patrício Antunes, bastardo, benzia crianças para curá-las de lombrigas, usando orações a Santo Antônio. Manoel José fazia adivinhações de peneira e tesoura, com orações de São Pedro e São Paulo. Maria Eugênia de Jesus era preta forra, analfabeta, irmã da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cuiabá (ROSA, 1986). Essa irmã do Rosário foi presa na Vila do Cuiabá, acusada de difamação e feitiçaria. Por causa desta última acusação, foi cogitado o seu desterro para o Forte Coimbra, na fronteira com os domínios hispano-americanos (JESUS, 2001, p. 53; SÁ JÚNIOR, 2008, p. 120-121). Na cadeia da Vila do Cuiabá, foi acusada ainda de ter metido fogo a imagem de Jesus Cristo Crucificado e de Nossa Senhora, encontradas no fogão das presas, cobertas de cinzas (*Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá 1719-1830*, 2007).

Esse quadro de práticas religiosas de pessoas pertencentes ao grupo social de indígenas, africanos e seus descendentes, escravos ou livres, nos demonstra que no cotidiano as autoridades coloniais e religiosas não puderam controlar todas as ações dos moradores. A capitania de Mato Grosso, como reiteradamente destacou-se neste artigo, era um espaço miscigenado, com ampla presença de indígenas, africanos e seus descendentes. Suas ações apresentaram elementos católicos, mas também de suas pertenças étnico-culturais.

Considerações finais

Na capitania de Mato Grosso, como em toda a extensão da América portuguesa, foi forte a marca da mestiçagem de sua população, constituída por brancos, negros, pardos, índios, livres e escravizados, situados num espaço de forte hierarquização e diferenciação entre os indivíduos. Nela, indígenas, pretos e mulatos, escravizados ou livres, constituíram a mão-de-obra primordial nas atividades econômicas, atuando na mineração do ouro, na agricultura, nas fazendas de gado, como vaqueiros, nos criatórios de suínos, na curtição de couros e no processamento da carne, na produção do açúcar e aguardente. Atuaram, de modo geral, nas atividades que exigiam trabalho manual, a exemplo do transporte de água das fontes ou bicas para as residências de seus senhores.

Os indígenas, especificamente, mesmo sendo alvos das iniciativas da catequese e evangelização católicas, tiveram sua força de trabalho amplamente utilizada no cotidiano

colonial mato-grossense. Suas marcas estão visíveis na composição social dessa capitania, nos traços físicos, nas formas de uso do espaço, bem como nas práticas culturais carregadas de sincretismos.

Referências Bibliográficas

ALDEN, Dauril. El Brasil Colonial tardio, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. 2. América Latina colonial: Europa e América en los siglos XVI, XVII. XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 306- 358.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. *Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791*. São Paulo: Versal, 2014.

ARAÚJO, Renata Klautau Malcher de. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. 2000, 627f. Tese (Doutoramento em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

BLAU, Alessandra Resende. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da capitania de Mato Grosso (1752-1798)*. 2007, 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. 2003, 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999.

FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América portuguesa*. 2003, 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

FERREIRA, Maria Delfina do Rio. *Das Minas Gerais a Mato Grosso: gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A ação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. 1996, 223f. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

GOMES, Masília Aparecida da Silva. *Produção agrícola e práticas alimentares na fronteira oeste. Vila Bela da Santíssima Trindade (1752-1790)*. 2008, 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *'A Ocidente do imenso Brasil': as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. 2013, 338f. Tese (Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimientos Portugueses) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

MACHADO, Cacilda. A escravidão e a cor dos escravos e dos livres (Freguesia de São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR – SCHLA / Fundação Araucária, 2008.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. 2012, 312f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. Índios. In: JESUS, Nauk Maria de (org.). *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011, p. 172-176.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *Na Trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. 2008, 278f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ROSA, Carlos Alberto. O caso Maria Eugênia. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal Ano I*. Cuiabá, 31 de julho de 1986.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria (orgs.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

SÁ JÚNIOR, Mário Teixeira de. *Malungos do Sertão. Cotidiano, práticas mágicas e feitiçaria no Mato Grosso setecentista*. 2008, 319 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

SCHWARTZ, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do Império (1697-1808)*. Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Fontes

ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830). Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

AHU – Mato Grosso. Caixa 08. Doc. 489. Ofício do governador e Capitão General Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real em que pede para regressar ao reino, e informa que Vila Bela tem 47 fogos e 538 pessoas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de maio de 1755.

AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 971. Mapa geral do estado da povoação dos distritos de Vila Bela e Cuiabá no fim do ano de 1769 a 1771. Capitania de Mato Grosso, posterior a 1771.

AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1046. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa sobre o estado atual da povoação da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de julho de 1773.

AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1083. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa do estado atual da povoação em todos os estabelecimentos da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de setembro de 1774.

AHU – Mato Grosso. Caixa 18. Doc. 1118. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa anual da povoação da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de janeiro de 1776.

AHU – Mato Grosso. Caixa 37. Doc. 1860. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre os procedimentos tomados para preparar os mapas de habitantes, acrescentando suas observações sobre a povoação de Vila Bela e as dificuldades para aumentar a população. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de maio de 1799.

AHU – Mato Grosso. Caixa 39. Doc. 1966.